



O SUPORTE SOCIAL E A SAÚDE MENTAL EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Palavras-Chave: [CÁRCERE FEMININO], [TRANSTORNOS MENTAIS], [EPSUS]

Autores/as:

PAOLA LONGO MANTOVANI [UNICAMP]

Prof.^a Dr.^a MARTA FUENTES-ROJAS (orientador/a) [UNICAMP]

INTRODUÇÃO

Diante do dramático aumento do número de mulheres encarceradas em todo o mundo (WALMSLEY, 2017) e mais especificamente no Brasil na última década (INFOPEN, 2019), evidencia-se que, embora as pessoas privadas de liberdade possuam maior tendência a vulnerabilidade psicológica e transtornos mentais quando comparadas com a comunidade em geral (SILVA *et al.*, 2011; GUNTER *et al.*, 2008; MORAES; DALGALARRONDO, 2006), os agravos psicossociais decorrentes do encarceramento são predominantes em reclusas mulheres. Neste contexto, em um estudo de revisão sistemática, observou-se, entre 33.588 homens e mulheres privados de liberdade de 24 países, prevalência de depressão de 14,1% entre as mulheres e 10,2% entre os homens (FAZEL; SEEWALD, 2012). Assim como, prevalência de Transtorno de Estresse pós-traumático de 6,2% em reclusos homens e 21,1% em reclusas mulheres em uma amostra de 21.099 reclusos de 20 países (BARANYI *et al.*, 2018). Fazel, Yoon e Hayes (2017) destacam ainda prevalência de Transtorno por uso de substâncias em 50% das mulheres reclusas se comparado a 30% dos homens privados de liberdade em um total de 18.388 presos de 10 países. Os estudos apresentados estão em consonância aos resultados de pesquisas realizadas recentemente no Brasil, as quais demonstram a expressiva prevalência de transtornos mentais em mulheres reclusas (RODRIGUES, 2017; CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016; ANDREOLI *et al.*, 2014; CANAZARO; ARGIMON, 2010; ARAÚJO; NAKANO; GOUVEIA, 2009).

Segundo Rodrigues e Madeira (2009) e Taylor (2011), o suporte social pode ser compreendido como a percepção dos indivíduos de estarem integrados em um meio social através das crenças de ser amado, ser valorizado, ser informado e também auxiliado a partir de recursos financeiros e práticos. Ao passo que o suporte social influencia positivamente a qualidade de vida e o bem-estar, a sua inexistência ou precariedade potencializa processos de adoecimento físico e psicológico (HABER *et al.*, 2007). Neste contexto, a presente pesquisa investiga a percepção de suporte social na população prisional feminina, a influência de demais variáveis neste constructo,

tais como tempo de reclusão, vínculo familiar e quantidade de filhos, bem como a relação entre suporte social e saúde mental em mulheres privadas de liberdade.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo do tipo quantitativo desenvolvido no período de setembro de 2020 a agosto de 2021. A coleta dos dados foi realizada na Penitenciária Feminina de Campinas (SP), unidade prisional localizada na região central do município de Campinas-SP.

Participaram do estudo 176 mulheres em regime fechado, as quais foram selecionadas a partir dos critérios: ter interesse em participar do estudo e estar em condições física e psicológica de fazê-lo. Para a coleta de dados, as reclusas foram convidadas a responder, de forma voluntária e anônima, dois instrumentos autopreenchíveis aplicados de forma coletiva com a ajuda da equipe de saúde da unidade prisional. Os instrumentos aplicados foram um questionário sobre dados sociodemográficos e aspectos relacionados a reclusão, bem como a Escala de Percepção de Suporte Social- Versão Adulto (EPSUS-A), um instrumento estruturado em escala Likert de 4 pontos, composto por 36 itens agrupados em quatro fatores, sejam eles: Afetivo; Interações Sociais; Instrumental e Enfrentamento de Problemas. A Escala avalia a percepção das relações sociais em termos de afetividade, interação, auxílio de ordem prática e enfrentamento de problemas.

Em decorrência aos cuidados sanitários impostos pela pandemia do Coronavírus, medidas de proteção foram adotadas a fim de minimizar os potenciais riscos à saúde e a integridade das participantes da pesquisa e pesquisadoras. Diante disso, após o esclarecimento dos objetivos da pesquisa, garantia do anonimato e da voluntariedade na participação, bem como da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi disponibilizado, em um envelope fechado e individual, o TCLE, o questionário sociodemográfico e a Escala de Percepção de Suporte Social (EPSUS-A) para as mulheres que demonstraram interesse em participar da pesquisa.

A pesquisa obedeceu às Diretrizes e Normas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, regulamentada pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, bem como pela Norma Operacional 001/13 do CNS, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas sob o parecer n.º 4.509.611, CAAE n.º 39149420.6.0000.5404, e pela Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo através do expediente de atendimento 2021/13490.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de verificar a saúde mental das mulheres em situação de encarceramento através do constructo de percepção de suporte social e assim, poder identificar sua relação com os aspectos de saúde, bem-estar e qualidade de vida, na Tabela 1, verifica-se o perfil sociodemográfico das reclusas da Penitenciária Feminina de Campinas. Observa-se que mais da metade das mulheres privadas de liberdade possuem de 30 a 49 anos, cor da pele preta ou parda e escolaridade em ensino fundamental, seja completo ou não. Além disso, aproximadamente 90% das mulheres praticam uma religião, seja frequentemente ou às vezes. Em relação à situação conjugal, observa-

se que 70% são solteiras e mais de 75% possuem de 1 a 5 filhos. Verificou-se ainda que a maioria das mulheres (60%) possui tempo de reclusão entre 1 e 9 anos e menos de 10% têm tempo de reclusão maior que 10 anos. Somado a isso, a manutenção de vínculo familiar bom e com frequência foi relatada por 67% das reclusas. Quanto a realização de atividades de trabalho na unidade prisional, como serviços gerais e limpeza, cozinha e roupa, apenas 36.93% das mulheres afirmaram sua execução. Já em relação a demais atividades exercidas durante a reclusão, como cursos e aulas em geral, 52.84% das mulheres relataram não participar. O perfil das reclusas observado na Penitenciária Feminina de Campinas vai ao encontro das características já identificadas na literatura sobre a população carcerária feminina, uma vez que o perfil da mulher presa no Brasil é composto a partir de uma mulher jovem (55% entre 18 e 29 anos), negra (62%), de baixa escolaridade (66% não acessou o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental), solteira (62%) e sendo tipificada penalmente como traficante (62% das incidências penais correspondem aos crimes relacionados ao tráfico de drogas). (INFOPEN, 2019; CLADEM, 2007; ITTC, 2017).

Somado às características individuais apresentadas pelas reclusas, objetivou-se ainda a verificação da percepção de suporte social neste grupo. A média e o desvio padrão, obtidos através da Escala de Percepção de Suporte Social (EPSUS-A), resultaram em, respectivamente, 68,16 e 24,86. A média obtida indica que essa população apresenta um valor de EPSUS classificado como *médio-baixo*, enquanto que o desvio padrão revela a dispersão dos dados em relação à média. Sabendo que a Escala de Percepção de Suporte Social varia de 0 a 108 pontos, o valor de desvio padrão sugere certa homogeneidade entre mulheres em relação ao EPSUS-A. No entanto, para um estudo pormenorizado dos resultados obtidos, optou-se pela análise comparativa entre os valores de EPSUS-A e as demais variáveis sociodemográficas através do digrama de caixas ou *boxplot*. Assim, a partir da Figura 1, nota-se que, em relação a variável situação conjugal, mulheres casadas apresentam maiores valores de EPSUS (quartis e mediana), se comparado com as demais

Tabela 1. Perfil das reclusas na Penitenciária Feminina de Campinas (SP), 2021.

Variáveis	Percentual
Faixa etária	
Até 29 anos	33.52%
30 a 49 anos	57.39%
50 anos ou mais	9.09%
Cor de pele	
Branca	42.61%
Preta/Parda	56.25%
Amarela/ Indígena	1.14%
Escolaridade	
Sem estudo regular	0%
EF Incompleto	44.89%
EF Completo	6.25%
EM Incompleto	28.41%
EM Completo	15.34%
ES Incompleto	3.41%
ES Completo	1.70%
Prática religiosa	
Frequentemente	34.09%
Às vezes	53.98%
Não possui	11.93%
Situação Conjugal	
Solteira	70.45%
Casada	18.18%
Viúva	5.68%
Separada	5.68%
Quantidade de filhos	
Até 2 filhos	35.80%
3 a 5 filhos	32.39%
Mais de 5 filhos	9.09%
Não tem	22.73%
Tempo de reclusão	
Menos de 1 ano	29.55%
Entre 1 a 9 anos	61.93%
Mais de 10 anos	8.52%
Vínculo familiar	
Bom e com freq.	67.05%
Bom e sem freq.	13.07%
Regular e com freq.	2.84%
Regular e sem freq.	5.11%
Ruim e com freq.	0.57%
Ruim e sem freq.	3.41%
Vínculo ausente	7.95%
Atividades de trabalho	
Sim	36.93%
Não	63.07%
Outras atividades	
Sim	47.16%
Não	52.84%

categorias dessa variável, a saber, solteira, separada ou viúva. Quanto a quantidade de filhos, mulheres com até 2 filhos, de 3 a 5 filhos e que não possuem filhos apresentam medianas e quartis próximos para os valores de EPSUS. Das 14 mulheres com mais de 5 filhos, nenhuma apresentou valores de EPSUS inferior à 44. Em relação ao vínculo familiar, observa-se que mulheres com vínculo familiar bom e com frequência apresentam maiores valores de EPSUS do que mulheres que não possuem vínculo familiar. Como são poucas mulheres com vínculo regular ou ruim, preferiu-se comparar as mulheres com vínculo bom e as que não possuem. Somado a isso, os dados indicam que as reclusas que possuem práticas religiosas, sejam essas frequentes ou não, apresentam maior valor de EPSUS (maiores quartis e mediana), embora com certa dispersão dos dados.

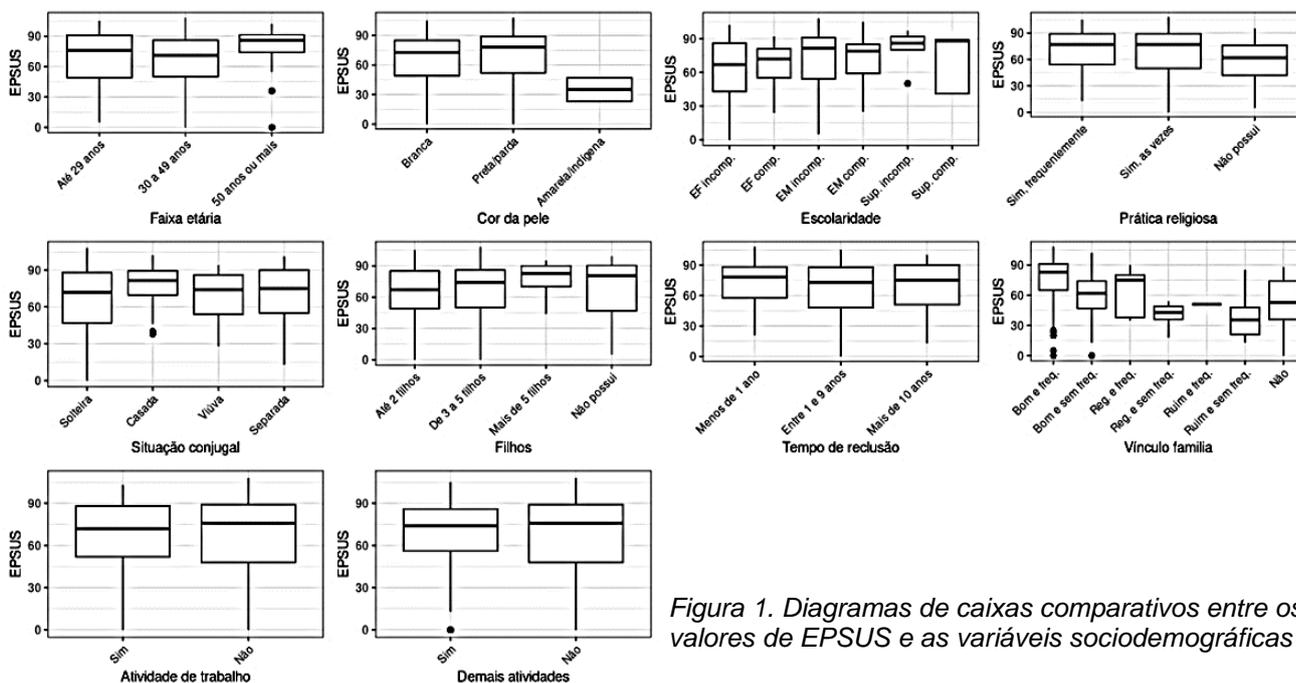


Figura 1. Diagramas de caixas comparativos entre os valores de EPSUS e as variáveis sociodemográficas

A influência das variáveis situação conjugal, quantidade de filhos e vínculo familiar nos valores de EPSUS sugere que a manutenção de vínculos, especialmente os familiares, pode contribuir para a proteção psicológica das reclusas, já que, segundo Barcinski *et al.*, (2014); Oliveira e Santos (2012), dada a institucionalização e o rompimento das relações sociais preexistentes, a família passa a atuar na provisão de suporte emocional e material, exercendo a possibilidade de ligação com o mundo além do cárcere. Somado a isso, também as práticas religiosas podem contribuir para a saúde das mulheres reclusas já que, segundo Canazaro e Argimon (2010), a ausência de atividades de ocupação e o tempo de confinamento, na sua maioria ocioso, potencializa os agravos psicossociais de pessoas privadas de liberdade.

CONCLUSÕES

As mulheres privadas de liberdade constituem um grupo especialmente vulnerável psicologicamente e com maior tendência ao desenvolvimento de transtornos mentais quando comparadas com a comunidade em geral. Conforme a amostra, sugere-se que a manutenção dos vínculos, especialmente os familiares, bem como atividades de ocupação, incluindo práticas religiosas, impactam positivamente a saúde mental da população feminina privada de liberdade.

Por fim, é relevante destacar que os dados sugeridos a partir desse estudo são restritos e dizem respeito apenas a população carcerária feminina da unidade prisional selecionada neste intervalo de tempo. Ressalta-se as limitações da presente pesquisa e a importância de estudos posteriores a fim de investigar a influência de outras variáveis na percepção de suporte social.

BIBLIOGRAFIA

ADREOLI, S. B.; SANTOS, M. M.; QUINTANA, M. I.; RIBEIRO, W. S.; BLAY, S. L.; TABORDA, J. G. V.; MARI, J. J. **Prevalence of Mental Disorders among Prisoners in the State of Sao Paulo, Brazil**. Brasília: CNPq, 2014.

ARAÚJO, F.A.F.M.; NAKANO, T.C.; GOUVEIA, M.L.A. **Prevalência de depressão e ansiedade em detentos**. Avaliação Psicológica, 2009.

BARANYI, G.; CASSIDY, M.; FAZEL, S.; PRIEBE, S.; MUNDT, A. P. **Prevalence of Posttraumatic Stress Disorder in Prisoners**. Epidemiologic Reviews, v.40, n.1, p.134-145, 2018.

BARCINSKI, M.; LERMEN, H. S.; CAMPANI, C.; ALTENBERND, B. **Guerreiras do cárcere: uma rede virtual de apoio aos familiares de pessoas privadas de liberdade**. Temas em psicologia, Ribeirão Preto, v.22, n.4, p. 929-940, 2014.

CANAZARO, D.; ARGIMON, I.I.L. **Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Cadernos de saúde pública, 2010.

CLADEM (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher). **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. 2007.

CONSTANTINO, P.; ASSIS, S. G. de; PINTO, L. W. **O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil**. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2089-2100, 2016.

FAZEL, S.; SEEWALD, K. **Severe mental illness in 33,588 prisoners worldwide: systematic review and meta-regression analysis**. The British Journal of Psychiatry, London, v. 200, n. 5, p. 364-373, 2012.

FAZEL, S.; YOON, I. A.; HAYES, A.J. **Substance use disorders in prisoners: an updated systematic review and meta-regression analysis in recently incarcerated men and women**, v.112, n. 10, p.1725-1739, 2017.

GUNTER, D.T.; ARNDT, S.; WENMAN, G.; ALLEN, J.; LOVELESS, P.; SIELENI, B.; BLACK, D.W. **Frequency of mental and addictive disorders among 320 men and women entering the Iowa prison system: use of the MINI-Plus**. J Am Acad Psychiatry Law, 2008.

HABER, M. G; COHEN, J.L; LUCAS, T.; BALTES, B.B. **The relationship between self-reported received and perceived social support: A meta-analytic review**. American journal of community psychology, v. 39, n. 1, p. 133-144, 2007.

INFOPEN-MULHERES. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Dados de Dezembro de 2019.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA (ITTC). **Mulheres sem prisão: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres**. São Paulo, 2017.

MORAES, P. A. C.; DALGALARRONDO, P. **Mulheres encarceradas em São Paulo: saúde mental e religiosidade**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 50-56 2006.

OLIVEIRA, M. G. F.; SANTOS, A. F. P. R. **Desigualdade de gênero no sistema prisional: considerações acerca das barreiras à realização de visitas e visitas íntimas às mulheres encarceradas**. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia-MG, v. 25, n. 1, p. 236-246, 2012.

RODRIGUES, D. O. **Mulheres presas: articulando gênero e saúde mental**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017.

RODRIGUES, V. B.; MADEIRA, M. **Suporte social e saúde mental: revisão da literatura**. Revista da Faculdade de Ciências da Saúde. Porto: UFP, v. 6, p. 390-99, 2009.

SILVA, N.C.; ROSA, M.I.; AMBONI, G.; MINA, F.; COMIM, C.M.; QUEVEDO, J. **Transtornos psiquiátricos e fatores de risco em uma população carcerária**. ACM, 2011.

TAYLOR, S. E. Social support: A review. In: FRIEDMAN, H. S. (Ed.), **The Oxford handbook of health psychology**, Oxford University Press, p. 189–214, 2011.

WALMSLEY, R. **World Prison Population List**. 41th ed. London: International Centre for Prison Studies, 2017.